

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS.

Clécio Danilo Dias da Silva (SILVA, C.D.D.).

No ano de 1990 a lei 9.394/96 (Lei de diretrizes para a educação - LDB) reconheceu a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e as diferenças. Essa lei estabelece que os sistemas de ensino devem promover adequações do ensino as peculiaridades da vida rural e de cada região, (adequando o calendário escolar as fases agrícolas e as condições climáticas).

Nas lutas dos movimentos sociais do campo, houve a implantação do Programa Nacional de Educação na reforma agrária criado em 1998 com o objetivo de promover ações educativas com metodologias específicas a realidade do campo. A escola do campo tem o papel de contribuir na produção de conhecimentos e de valores para o povo viver melhor no campo, com sua respectiva inclusão na sociedade.

A EA no campo deverá promover um processo de reflexão que seja viável, colaborando assim, para a redução da pobreza, conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, para a transformação dos problemas socioambientais, fortalecendo as comunidades e unindo assim a complexidade sociedade e natureza.

A escola do campo não é “um tipo diferente de escola, mas, sim, é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito”). Ela, além de ser um importante espaço de construção de conhecimentos, é um território fecundo na construção de práticas emancipatórias da democracia e da solidariedade.

Defendemos que as escolas do campo precisam de uma educação ambiental específica, diferenciada, isto é, baseada em um contexto próprio, voltada aos interesses e às necessidades dos povos que moram e trabalham no campo. Ela atenta às diferenças do ambiente natural, históricas e culturais, contribui para a formação de sujeitos responsáveis, capazes de refletir e agir

sobre sua realidade, capazes de identificar, analisar, compreender e resolver problemas, capazes de cooperar e, acima de tudo, que sejam possuidores de um comportamento ético.

Um dos grandes desafios às escolas do campo é contribuir para recriar os vínculos de pertencimento dos sujeitos, para que estes se reconheçam como integrantes de uma comunidade e reconstruam a sua identidade com o campo, com o local em que vivem. No momento em que os sujeitos sentem-se pertencentes a um determinado território, possuem sentimentos que lhes possibilitam comprometerem-se com a realidade socioambiental respeitando suas potencialidades e seus limites.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO. Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. **Secretaria De Educação Continuada**, Brasília, 2012.

PEREIRA, K. A. **Educação ambiental em uma escola agrícola de Campo Grande – MS: que saberes, que práticas e que resultados**. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo. Grande, Mestrado em educação, 2007.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA. **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2006.

ZAKRZEWSKI, S. B. A Educação Ambiental Nas Escolas Do Campo. In: (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, UNESCO, 2007.